

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DEECO

**EFEITOS DA OFERTA DE CRÉDITO SOBRE A INADIMPLÊNCIA DAS
PESSOAS FÍSICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE ENTRE 2004 e 2012**

ELVIS ALVES DE CARVALHO

MARIANA – MG
DEECO / ICSA / UFOP

2018

Elvis Alves de Carvalho

**EFEITOS DA OFERTA DE CRÉDITO SOBRE A INADIMPLÊNCIA DAS
PESSOAS FÍSICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE ENTRE 2004 e 2012**

Monografia do Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Me. Lucas Assis Attílio

MARIANA – MG

DEECO / ICSA / UFOP

2018

C331a Carvalho, Elvis Alves .
Efeitos da oferta de crédito sobre a inadimplência das pessoas físicas no Brasil [manuscrito]: uma análise entre 2004 e 2012 / Elvis Alves Carvalho. - 2018.

33f.:

Orientador: Prof. MSc. Lucas Assis Att?lio.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Economia - Teses. 2. Crédito - Teses. 3. Inadimplência (Finanças) - Teses. I. Att?lio, Lucas Assis. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 336.7

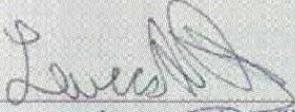
Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

Elvis Alves de Carvalho
Curso de Ciências Econômicas - UFOP

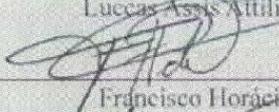
TEMA DA MONOGRAFIA

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Luccas Assis Atílio.

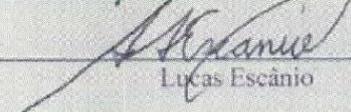
Banca Examinadora:



Luccas Assis Atílio



Francisco Horácio



Lucas Escânio

Mariana, 22 de junho de 2018

A Deus e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela força. A minha família, pai Eduardo e mãe Simone por tamanho amor e dedicação, devo tudo a vocês. Meus irmãos Lucas e Brenda pelo companheirismo. A meus avós Idalé, Isabel, Ditinho e Lia por todo afeto e cuidado, e por toda família por se fazer presente em toda minha vida. A todos os amigos de longa data que não cabem nesse texto, em especial meu parceiro Pedro Gabriel que começou essa caminhada lado a lado, toda a galera de Mucuri, canto tão especial da minha vida que se faz presente até hoje, um muito obrigado. Aos amigos de curso, Sheik, Kid, F Mendes, Carlos, Menininho, Dedé, Diego e Nataly, valeu demais esse tempo. Aos amigos feitos em Ouro Preto e Mariana, Diego, Allan, Gambis, Thiago, Daniel, Gui, Felipe. Ao amor da minha vida e mãe dos meus filhos Maísa pelo companheirismo e hombridade, Amo você. Aos anjos e melhor presente da Graduação Miguel e Heitor. A meu orientador Lucas Assis pela paciência e atenção sendo sempre solícito quando necessário, muito obrigado. A todos os professores do curso de Economia pelos ensinamentos e competência. A todos os envolvidos um muito obrigado, foi massa.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| LISTA DE TABELAS | IX |
| LISTA DE GRÁFICOS | IX |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS | X |
| RESUMO | XI |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| HIPÓTESE | 2 |
| OBJETIVOS | 2 |
| OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS | 2 |
| CAPÍTULO 1: CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA NA ECONOMIA BRASILEIRA | 3 |
| 1.2 PRODUTOS DE CRÉDITO NO BRASIL | 7 |
| 1.3 INADIMPLÊNCIA NO BRASIL | 9 |
| 1.4 INADIMPLÊNCIA: OFERTA DE CRÉDITO E TAXA DE JUROS | 13 |
| CAPÍTULO 2: EXERCÍCIO ECONOMETRICO | 17 |
| 2.1 EXERCÍCIO ECONOMETRICO | 22 |
| 2.2 ESTIMAÇÃO | 22 |
| CONCLUSÃO | 25 |
| REFERÊNCIAS | 26 |

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação crédito / PIB em valores percentuais

Tabela 2 – Taxa de crescimento do Pib e Relação crédito/PIB no Brasil em valores percentuais

Tabela 3 – Nível de endividamento das famílias em porcentagem

Tabela 4 – Tipos de dívida

Tabela 5 – Concessões de cartão de crédito para pessoas físicas e taxa de desemprego nas regiões metropolitanas

Tabela 6 – Teste de raiz unitária

Tabela 7 – Critérios de informação

Tabela 8 – Teste de Johansen

Tabela 9 – Tabela de cointegração

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação Crédito/PIB de recursos livres para pessoas físicas

Gráfico 2 – Relação Crédito/PIB recursos livres para pessoas físicas

Gráfico 3 – Concessão por modalidade em

Gráfico 4 – Inadimplência dos consumidores

Gráfico 5 – Variação acumulada anual de inadimplência dos consumidores

Gráfico 6 – Inadimplência das famílias

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PIB - Produto interno bruto

SUMOC - Superintendência da moeda e do crédito

CVM - Comissão de valores imobiliários

FMI - Fundo monetário internacional

IBGE - Instituto brasileiro de Geografia e estatística

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

PEIC - Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor

IOF - Impostos sobre operações financeiras

SCR - Sistema de informações de crédito

COPOM – Comitê de política monetária

BC – Banco central do Brasil

CMN – Conselho monetário nacional

PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor

RESUMO

Sabe-se que os indivíduos tendem a maximizar suas preferências e por vezes acabam deixando um pouco de lado a racionalidade para satisfazer suas necessidades e obter um nível de satisfação maior. Por várias vezes, os recursos utilizados vêm de operações de créditos, que são tomados pelos indivíduos junto aos bancos do sistema financeiro nacional mediante a altas taxas de juros e diferentes prazos.

Também há informação que diversos fatores influenciam as preferências dos consumidores como a cultura, posição sociais e compra impulsiva. Esse fator aliado a altas taxas de juros de um mercado concentrado pode causar sérios problemas na saúde financeira das famílias, e que trazem riscos e sugerem discussões sobre eles. Assim, essa análise foi necessária para verificar se há, de fato, relações que se interagem entre o PIB a preços reais, a oferta de crédito na inadimplência no Brasil

INTRODUÇÃO

Para falar sobre crédito no Brasil é preciso elaborar um apanhado geral sobre a história bancária e monetária para entender de que modo foi instituído todo o sistema de crédito usado no país e de quanto ele abrange os consumidores.

O modelo bancário trazido para o Brasil lembrava os modelos europeus (COSTA, 2008). Sua função principal era a de realizar depósitos e empréstimos, na época outros tipos de serviços inexistiam. Isso se estendeu até meados do Séc. XX, onde por influência do progresso tecnológico e financeiro e das grandes guerras mundiais, os bancos se desenvolveram institucionalmente. (COSTA, 2008).

Após a década de 50 com um Brasil mais solidificado e com papel econômico abrangente houve uma propagação dos bancos e, junto a isto, a evidência que era defasada sua capacidade administrativa. Com esses problemas, foi criado, por exemplo, a SUMOC (Superintendência da moeda e do crédito) para controlar o mercado monetário e por fim a problemas de saúde financeira, uma de suas atribuições era a de controlar o volume de transações de créditos e meio de pagamentos via depósitos compulsórios. Esses controles fizeram com que várias instituições acabassem ou induzissem a fusões de instituições (COSTA, 2008).

Em 1964, houve reformas bancárias e do mercado de capitais (NOGUEIRA DA COSTA, 2008), que buscaram propor a função das instituições financeiras e colocando seus devidos seguimentos. Assim, passaram a existir empresas de crédito, financiamento, investimento, bancos de investimentos, que davam consistência ao mercado financeiro.

Com o desenvolvimento do setor, os bancos passaram a ser líderes de grandes conglomerados econômicos e buscam funcionar com economias de escalas para melhorar seu funcionamento, onde atuam juntamente em todas as modalidades de instituições financeiras.

A estrutura do sistema financeiro passou a se basear no Conselho monetário Nacional e no Banco central do Brasil, advinda das reformas de 64, e posteriormente, foi incluída a Comissão de valores imobiliários (CVM), criado em 1976 com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil.

Atualmente, os bancos no Brasil reduziram sua competitividade em função do aumento da concentração bancária vinda da crise atual, o FMI afirma que o Brasil apresentou o segundo pior desempenho mundial decaindo 3,5% de seu produto interno no ano de 2016.

Os bancos buscam de diversas formas proverem diferentes serviços, tanto de acesso a cartões de créditos e afins, quanto a acesso a aplicativos e boletos eletrônicos para terem maiores números de clientes e aumentar seus lucros (SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, 2014).

Mediante esse cenário, o trabalho tenta identificar o impacto da oferta de crédito na inadimplência, já que existe uma espécie de controle de mercado sobre o setor, onde por anos manteve-se em um dos maiores *spreads bancários*¹ do mundo e um recente período de incentivo ao consumo que pode ter causado alguma mudança nos números de inadimplentes no país. Pode-se levar em consideração também que é enorme a importância do crédito no mercado e desenvolvimento de uma economia e, quando utilizado de forma consciente, tem papel fundamental na melhora do bem estar das famílias.

HIPÓTESE

As relações sociais, políticas, regionais e socioeconômicos influenciam as cestas de consumos das famílias sofrendo mudanças a cada período. A tomada de recursos terceiros podem causar consequências na saúde financeira devido a fatores como taxa de juros, vulnerabilidade do consumidor, concentração de mercado sendo muito importantes na composição da carteira de inadimplência das famílias, portanto assume-se que existe relação de longo prazo da oferta de crédito no número de inadimplentes no Brasil

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar o impacto da oferta de crédito para pessoas físicas na inadimplência no Brasil entre o período de 2004 a 2012, buscando Identificar o mercado de crédito brasileiro a partir do fim da década de 90 onde passou a se desenvolver melhor e avaliar se há relação de longo prazo entre as variáveis

¹ Spread bancário é a diferença entra a captação de recursos e o empréstimo/ ou concessão de créditos feitos pelas instituições.

Capítulo 1: Crédito e inadimplência na economia brasileira

Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil em 1994 tomando posse no ano seguinte e enfrentando um cenário conhecido por ele por ter estado no governo do presidente Itamar Franco e também por ser um dos idealizadores do Plano Real, porém sabia que o sucesso na eleição seria ligado ao sucesso no combate a inflação e o controle dos próximos anos.

A respeito de crédito, após a implementação do plano real e estabilização dos preços, ocorreram mudanças no sistema financeiro nacional e principalmente na lucratividade dos bancos que vinham do chamado *floating*², pois perderiam receitas que vinham da inflação, já que esses lucros eram obtidos através dos depósitos a vista e corrigidos com a inflação (SOARES, p. 43, 2002).

Ao perderem essa lucratividade o setor voltou-se a estratégia de direcionar como forma de lucros as operações de créditos e pensava-se que em resposta a essas mudanças as operações sofreriam grandes expansões nos anos seguintes. Essa premissa ocorria devido ao fato de que o Brasil apresentava uma relação entre crédito/PIB muito baixo quando se compara com outras economias como Estados Unidos ou Japão ainda, em 2004 como mostrado em dados do Febraban (Federação brasileira dos Bancos, 2017).

Tabela 1 – Relação Crédito/ PIB em porcentagem

| País | Relação crédito/pib |
|----------------|---------------------|
| China | 154 |
| Estados Unidos | 146 |
| Japão | 107 |
| Tailândia | 100 |
| Chile | 61 |
| Brasil | 27 |

fonte: Elaboração própria com dados do Febraban baseados no: National Bureau of Economic Research (2004)

² Floating refere-se aos recursos depositados em contas bancárias que ficam a disposição da instituição para repassar via crédito mediante as taxas de juros.

Não se pode considerar que após o plano Real, o mercado de crédito sofreu mudanças significativas, muito pelo contrário. Segundo dados do Instituto brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) o mercado de crédito apresentou taxas que foram evoluindo pouco ano a ano como mostra a tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Taxa de crescimento do PIB e Relação crédito/PIB no Brasil em porcentagem

| Ano | Produto Interno Bruto (PIB) - variação em volume | Operações de crédito/PIB |
|------------|---|---------------------------------|
| 1993 | 4,9 | 29 |
| 1994 | 5,8 | 36,6 |
| 1995 | 4,2 | 32,06 |
| 1996 | 2,2 | 26,83 |
| 1997 | 3,4 | 26,81 |
| 1998 | 0,0 | 27,94 |
| 1999 | 0,3 | 24,87 |

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2007)

Por fim até o ano de 1999, a relação entre crédito e PIB não apresentou tendência de crescimento de acordo com os dados. As mudanças no sistema financeiro nacional, as novas aquisições e fusões entre instituições e conjuntos de medidas restritivas dos governos impuseram impactos nas transações de crédito no país neste período e que mudariam nos próximos anos.

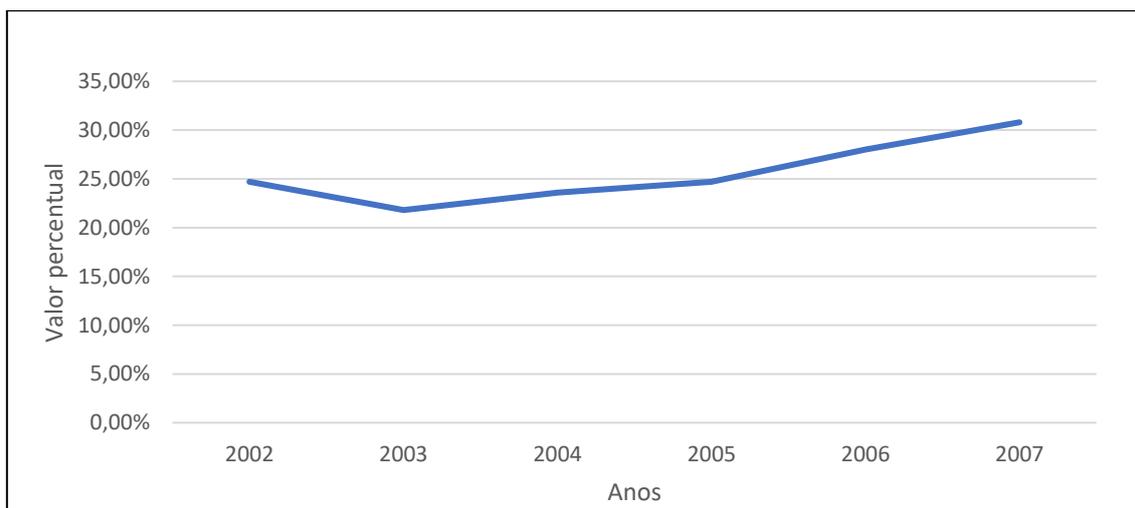
Luiz Inácio Lula da Silva assumiria o governo do Brasil após anos de tentativas de eleição e entraria em seu posto em 2003 colocando um governo com autoridades assumindo discursos de mudanças estruturais.

Se resguardando a limitação do assunto, o Brasil apresentava bons resultados quando se diz respeito a taxa de câmbio, a inflação e a política monetária como um todo após a eleição, e com a baixa da SELIC, passou a criar um cenário de incremento da obtenção de crédito que se beneficiava de um cenário global favorável ao desenvolvimento que criava estabilidade e perspectiva futura (GIAMMBIAGI, p. 211, 1999).

A partir de 2003, com a retomada dos bancos privados nacionais, bom ambiente econômico (inflação, câmbio e taxa de juros favoráveis), houve incentivo a expansão do crédito para obtenção de receita e lucratividade das entidades do sistema financeiro.

A relação crédito/PIB de recursos livres apresentou um crescimento substancial ao passar dos anos como mostra o gráfico 1 e foi notório durante todo o mandato do presidente eleito que propôs políticas de incentivo ao consumo, principalmente das famílias, passando o sentimento de bem-estar comum entre as pessoas e o eleitorado (GIAMMBIAGI, p. 225, 1999).

Gráfico 1 – Relação Crédito/PIB de recursos livres para pessoas físicas



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central (2011).

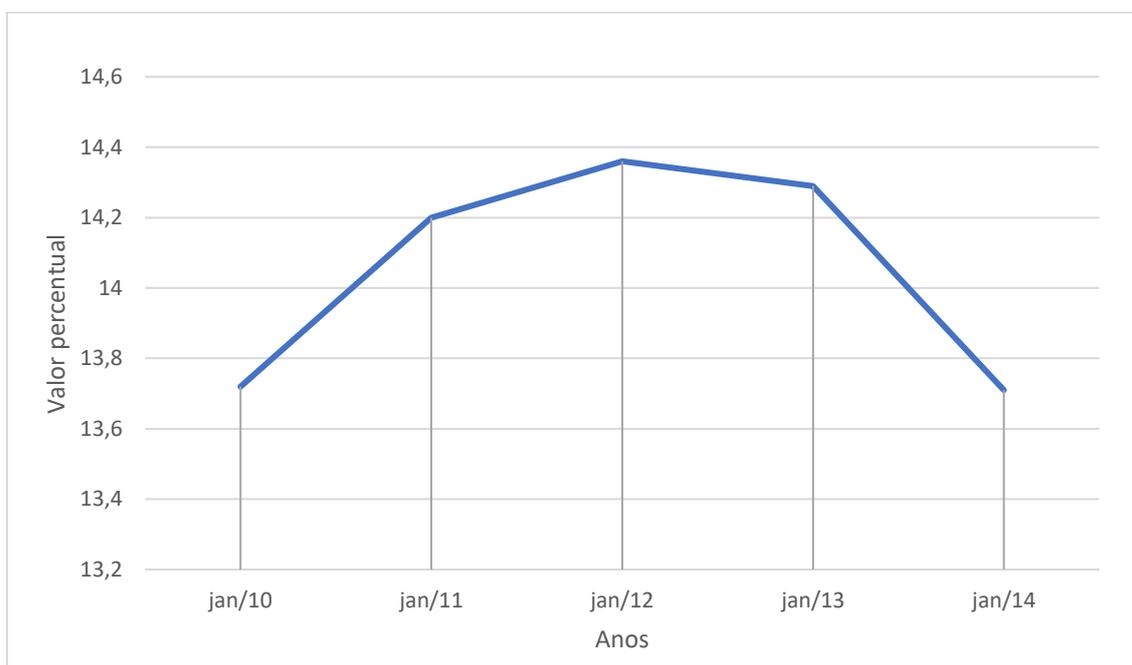
Podemos observar de acordo com o gráfico (1) que em 2002 o Brasil saiu da casa dos 25% da relação entre crédito/PIB e chegou a mais de 30% já em 2007 nessa modalidade que não tem limitações impostas pelo governo. Quando se compara esse crescimento com a modalidade de crédito para recursos direcionados, o aumento é bem menor, já que a pouca dinamicidade da economia brasileira causa desconfiança entre o setor empresarial e não propõe um bom ambiente para os empresários (CORDEIRO, p.45, 2007).

O governo Dilma ao assumir em 2010 herdou um bom cenário econômico em termos gerais, porém, já havia algumas discussões sobre o determinante do crescimento da época que era sustentado mais pelo consumo do que pelo investimento, fato esse que preocupava os economistas em relação ao futuro do país:

A acentuada desaceleração do consumo deslocou a atenção dos analistas para a necessidade de o País buscar uma forma de crescimento puxada pelos investimentos. Esse, aliás, foi o ponto central da crítica do Financial Times ao Governo brasileiro, já mencionada anteriormente. A partir daí, passou-se a criticar o Governo por suas políticas de estímulo ao consumo, ao invés de o mesmo incentivar os investimentos. Criou-se uma falsa dicotomia entre o esgotamento de um modelo puxado pelo consumo e a necessidade de se propor reformas que forjassem um modelo liderado pelos investimentos (CONTRI, p.12, 2012).

Nos anos seguintes, como reflexo da crise mundial de 2008, a diminuição do consumo das famílias, a diminuição significativa dos investimentos e a desaceleração da economia puxaram baixas previsões de crescimento do PIB e conseqüentemente a diminuição das variações de concessões de crédito que foram acompanhadas junto a duas políticas restritivas, a restrição ao crédito e o aumento da taxa de juros (CONTRI, p.12, 2014).

Gráfico 2 – Relação Crédito/PIB recursos livres para pessoas físicas



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central. (2015)

Pode-se ver no gráfico 2 que nos dois primeiros anos de governo, as concessões de crédito de recursos livres destinados a pessoas físicas não apresentaram quedas em sua relação ao PIB, mas a partir do ano de 2012, como já citado, ocorre a desaceleração mais acentuada da economia como um todo e toma-se um movimento de queda na modalidade,

mostrando o início da crise que o Brasil viria a passar nos próximos anos (CONTRI, p.12, 2014).

1.2 Produtos de crédito no Brasil

No Brasil, existe uma gama de produtos creditícios disponíveis no mercado cujos bancos são responsáveis por fornecê-los e regulá-los de acordo com medidas tomadas e impostas pelo Banco central (SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, 2007).

Para controle das transações foi criado o SCR (Sistema de informações de crédito) pelo Comitê de Política Monetária (Copom), o mesmo armazena informações sobre as operações para ajudar o BC a adotar medidas preventivas a fim de proteger os recursos dos cidadãos e instituições financeiras.

Entre as transações de créditos no Brasil, iremos tratar por destinação, sendo as categorias tidas como Recursos livres ou Recursos destinados.

A modalidade de crédito de recurso livre, que estudaremos nesta monografia, ou seja, a qual a instituição financeira ou o tomador aplicam da forma que quiser, têm papel significativo na carteira. Iremos citar aqui a modalidade de cartão de crédito, Crédito consignado, Cheque especial e Aquisição de veículos a pessoas físicas.

Das modalidades de crédito a pessoas físicas o Cartão de crédito corresponde à parcela mais significativa das transações de acordo com o relatório de economia bancária e crédito do Banco Central (Relatório de economia bancária e crédito, 2014).

O cartão de crédito é tão utilizado devido ao aumento da renda e avanços obtidos ao longo dos anos do consumidor brasileiro e são exclusivos para compras de bens e serviços e pagamentos de contas. É regido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece e rege as regras referentes à modalidade.

Crédito consignado é a modalidade considerada mais segura para quem está emprestando, pois, o pagamento é deduzido diretamente da folha de pagamento de quem empresta e suas taxas e encargos dependem dos contratos firmados entre o bancos ou a financeira da qual se contrata o serviço e do contratante.

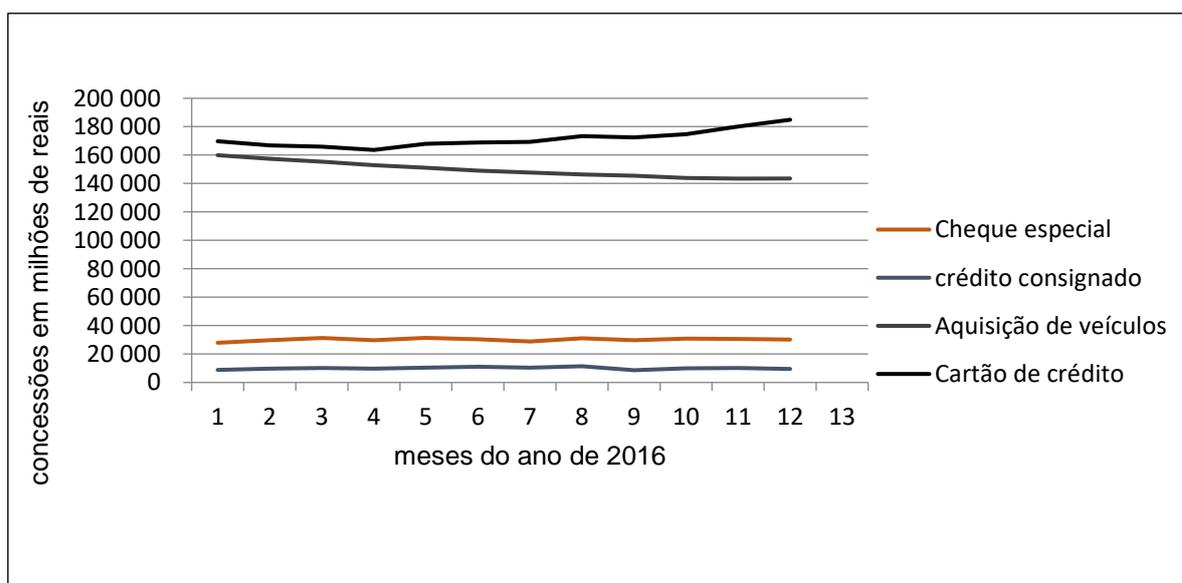
De acordo com a cartilha do Febraban (Edição nº 3 - 2005), o cheque especial é uma linha de crédito de curto prazo que é concedida a uma conta em que é disposto ao cliente

um limite para saque ou débito, geralmente para situações imprevistas, ao qual o titular da conta não disponha de saldos próprios. As taxas e o IOF (Impostos sobre operações financeiras) geralmente são altas, o que acaba por ser uma modalidade de alto custo.

A modalidade de crédito de Aquisição de veículos é feita mediante um contrato entre a instituição financeira e o cliente. De acordo com o BC, geralmente esse tipo de financiamento tem garantias, nesse caso específico, a busca e apreensão do veículo caso haja inadimplência. De acordo com a cartilha do IDEC (Instituto brasileiro de defesa do consumidor), com um único dia de atraso da parcela, a instituição que fez o financiamento tem o direito de começar o processo de busca e apreensão do veículo.

Com dados disponibilizados pelo Banco Central, podemos perceber no gráfico 3 a seguir como foi o movimento das concessões de crédito no ano de 2016 e podemos perceber forte declínio na modalidade de Aquisição de veículos, que é explicada pela desaceleração da economia nos últimos anos.

Gráfico 3 – Concessão por modalidade em 2016



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central (2017).

Entre os anos de 1995 á 2003 o crescimento do volume de transações de crédito ficou em 1,6%, já entre o ano de 2003 até 2012, o aumento das transações ocorridas nos 9 anos cresceu 209,9%, sendo a modalidade de crédito que mais cresceu a de recursos livres a pessoas físicas, representando em 2012, 30% da composição de crédito do país, fato esse que

demonstra evolução no setor e que levou o Brasil a ter uma relação crédito/PIB em mais de 50% no ano de 2012 (SBICCA, FLORIANI, JUK, p. 6, 2012).

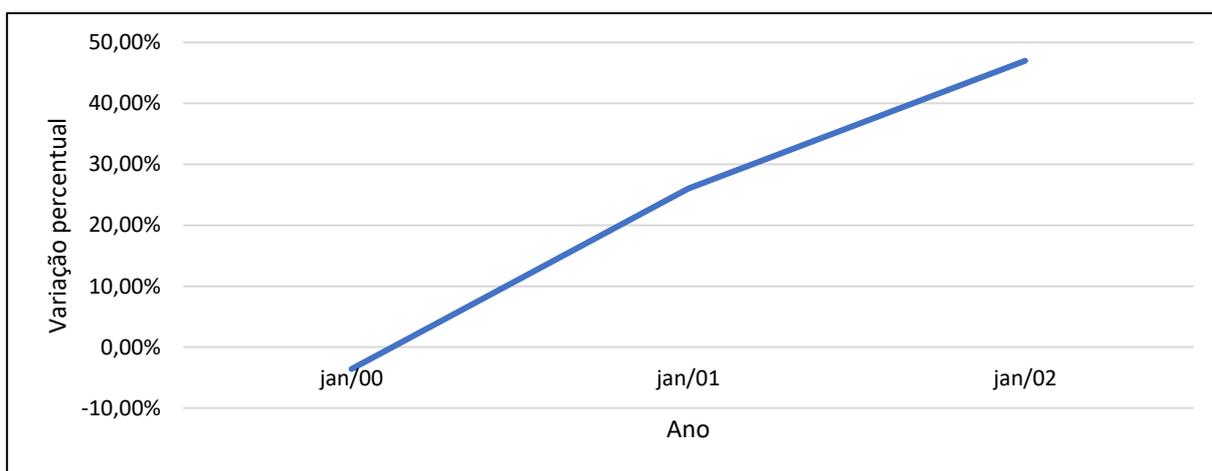
1.3 Inadimplência no Brasil.

Apesar de existir um conceito de inadimplência no dicionário, alguns autores utilizam uma certa definição operacional para estabelecer métodos de avaliação de riscos e entre essas definições podemos observar conflitos entre as teses (ANNIBAL, p.6, 2007).

Abstendo-se a isso, vamos utilizar o conceito de inadimplência utilizado pelo SERASA-EXPERIAN que data essa variável desde os anos 2000 e que posteriormente desenvolveu uma pesquisa denominada PEIC (Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor), apurada a partir de 2010 com dados sendo coletados em todos os estados com milhares de entrevistados.

Os dados de inadimplência começaram a ser datadas a partir do ano de 2000, e de acordo com o gráfico 4 em janeiro do ano a variação acumulada anual de -3,6%, e em Janeiro de 2001 apresentou o valor de 26% como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Inadimplência dos consumidores



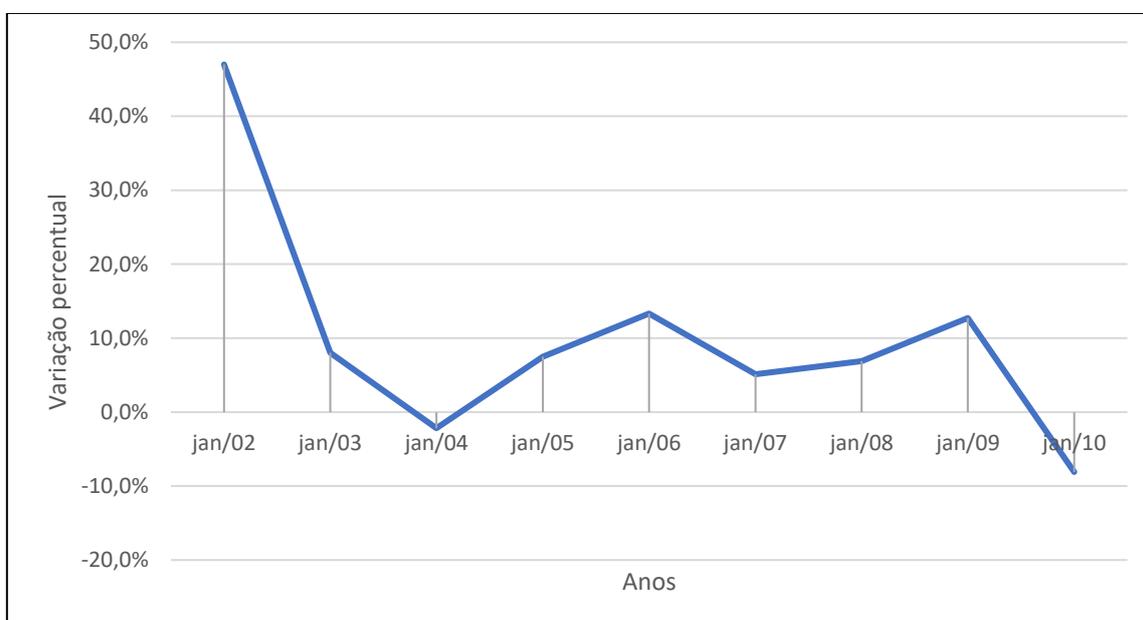
Fonte: Elaboração própria com dados do Serasa experian (2009).

Este aumento por ser explicado devido ao encarecimento do crédito em relação as altas da taxa de juros e o aumento no percentual de depósitos compulsórios, medidas essas que foram tomadas pelo governo para combater uma pressão inflacionária a fim de não retomarmos as altas taxas de anos anteriores (CORDEIRO, 2007).

Um fator que vem contribuindo com o crescimento do endividamento das famílias brasileiras, é a facilidade e o aumento da concessão de crédito. Segundo Flores (2011), o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional passou de R\$ 417,8 bilhões em janeiro de 2004 para R\$1,71 trilhão em janeiro de 2011, sendo que grande parte do crescimento foi impulsionado pelo comportamento da carteira de pessoa física (VIEIRA, FILHO, p.59, 2013).

Já no governo Lula puxado pelo novo ambiente de estabilidade e do boom de consumo das famílias, o Brasil apresentava altas taxas de inadimplência durante os anos do governo, porém essas taxas se mostravam muito voláteis quando se diz respeito a variação acumulada anual, como demonstra o gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 – Variação acumulada anual de inadimplência dos consumidores

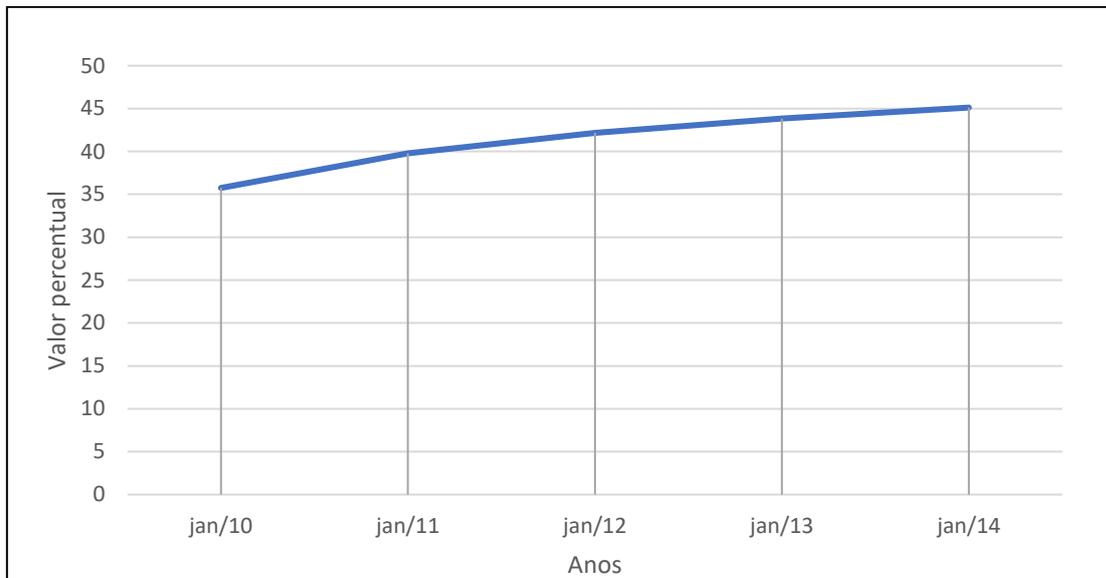


Fonte: Elaboração própria com dados do Serasa Experian (2012).

Após apresentar o maior valor de acumulação anual em 2001, a taxa de inadimplentes decaiu muito até o ano de 2004 apresentando acumulação negativa, e nos seguintes, influenciada pela alta do consumo das famílias, obteve resultados em que sua variação foi gravitando em diferentes valores, como em 2006 que teve uma taxa de 13,30% e já em 2007 apresentando uma de 5,10% anual.

O gráfico 6 mostra o ascendente movimento do comprometimento da renda das famílias em relação as dívidas atraídas nos anos do primeiro governo Dilma:

Gráfico 6 – Inadimplência das famílias



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central

Por fim, com os problemas estruturais, o aumento da taxa de juros, a proporção de dívida das famílias em relação a renda veio aumentando muito ao passar dos anos, saindo de um valor em torno de 18% em 2005 e passando a margem de 45% da renda em 2012 (CONTRI, p.12, 2014).

A PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor) apurada a partir de 2010 se mostrou uma importante pesquisa sobre inadimplência já que desenvolveu alguns indicadores que relatam a saúde financeira das famílias em relação às suas dívidas como por exemplo, o nível de endividamento, percentual de famílias endividadas e principais tipos de dívidas (PEIC, p.4 2014).

Entre o nível de endividamento das famílias, a tabela 3 a seguir mostra que em relação a dezembro de 2013 a porcentagem famílias que se declaram muito endividadas caiu de 11,6% para 10,8% em 2014.

Tabela 3 – Nível de endividamento das famílias em porcentagem

| Categoria | Dezembro de 2013 | Dezembro de 2014 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Muito endividado | 11,60% | 10,80% |
| Mais ou Menos endividado | 24,60% | 22,40% |
| Pouco endividado | 26% | 26,10% |
| Não tem dívidas desse tipo | 37,40% | 40,30% |
| Não sabe | 0,30% | 0,30% |
| Não respondeu | 0,10% | 0,20% |

Fonte: Elaboração própria com dados da PEIC (2014)

A PEIC 2014 relata também que o tempo médio de atraso das famílias com contas em atraso foi de 60 dias em 2014, maior que o número pesquisado no ano anterior que era de 59,4 dias, e também, entre as famílias endividadas a proporção da renda comprometida passou de 30,2% no ano de 2013 para 30,6% em 2014 e ainda 22% dos entrevistados afirmando que metade da renda familiar é destinada para pagamento de dívidas. A tabela 4 a seguir mostra uma síntese dos tipos de dívidas das famílias no ano de 2014 no Brasil em relação ao produto de crédito:

Tabela 4 – Tipos de dívida

| Tipo | Total |
|--------------------------|--------------|
| Cartão de crédito | 74,60% |
| Cheque especial | 6% |
| Cheque pré-datado | 1,90% |
| Crédito consignado | 4,20% |
| Crédito Pessoal | 9,60% |
| Carnês | 18% |
| Financiamento de carros | 14,50% |
| Financiamento de imóveis | 8,20% |

Fonte: Elaboração própria com dados da PEIC (2014).

O cartão de crédito aparece como principal tipo de dívida entre as famílias com mais de 70% das dívidas, seguido dos Carnês com 18%, Financiamento de Carros com 14,5% e Financiamento de imóveis com 8,2%.

Conclui-se que se tornou algo muito preocupante essa maior parcela de dívida já que prejudica muito a saúde financeira das famílias e que como SBICCA, FLORIANI, JUK (p.10, 2012) explica, em comparação com outras economias desenvolvidas, essa relação é alta devido ao crédito imobiliário que, em proporção com a renda, teria um peso muito grande no endividamento, fato que não ocorre aqui no Brasil, principalmente nas classes mais baixas, e que denota a situação que esse endividamento gira em torno do consumo e nas modalidades de créditos mais comuns como cheque especial e cartão de crédito.

1.4 Inadimplência: Oferta de crédito e Taxa de juros

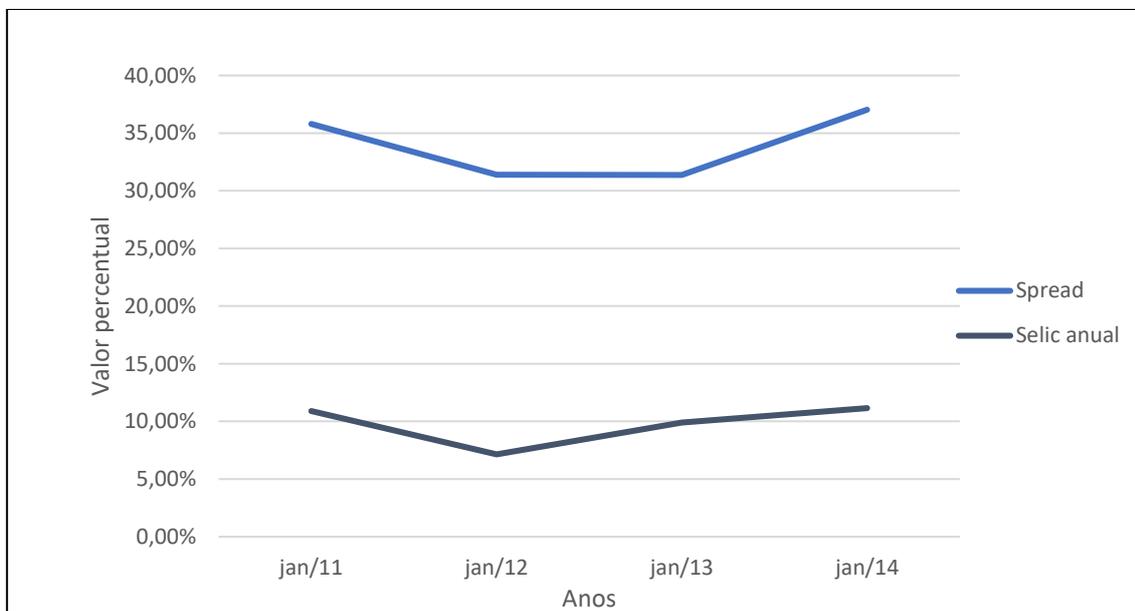
É impossível elaborar uma análise do efeito da oferta de crédito na Inadimplência sem tratar da taxa de juros, já que os bancos utilizam a taxa referencial para se basear no preço de seus produtos de crédito sendo esse fato muito importante para compreender o comprometimento de renda das famílias e o mercado de crédito brasileiro (ZERRENNER, p.10, 2007).

Após o plano real e o controle da inflação, o *float*, mecanismo utilizado pelos bancos para alavancar os resultados financeiros que segundo Zerrenner (2007, p.10) “Trata-se do rendimento adicional gerado pelos recursos não remunerados ao serem aplicados pelas mesmas taxas das diversas operações ativas dos bancos”, perderia eficiência já que as taxas inflacionárias estavam estabilizadas e os bancos do sistema financeiro nacional buscariam outra alternativa para seus resultados positivos. Com essa mudança, a busca pelo incremento do mercado de crédito para alavancagem dos resultados foi tomando proporções enormes (ZERRENNER, p.11, 2007).

Com a evolução do mercado, volta-se a atenção para o *spread bancário*. O *spread* basicamente é medido pela diferença entre as taxas de juros básicas, de captação, e as taxas de aplicação, ou seja, o custo ao aplicador e o Brasil historicamente é um dos países com maior taxa de juros, com números maiores em relação a outros países emergentes, podendo criar problemas com relação a ampliação do mercado e os níveis de investimentos (MANHIÇA, JORGE, p.7, 2012).

O gráfico 7 a seguir, mostra a diferença entre a Selic medida anualmente e a média do *spread* bancário para pessoas físicas entre os anos de 2011 e 2014 e podemos ver que a diferença permanece:

Gráfico 7 – *Spread* médio bancário e Taxa Selic



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central (2015).

Por mais que os dados apresentados mostram o *spread* médio, também é preciso analisar os valores por modalidade de crédito, já que a composição da inadimplência das famílias tem se mostrado muito voltado para algumas modalidades como o cartão de crédito que muitas vezes chega a apresentar taxas de mais de 100% ao ano, crédito pessoal com produtos com taxa de mais de 20% ao mês e o financiamento de veículos cuja taxa média chega a quase 25% ao ano (PEIC, 2014).

Um *spread* tão alto no Brasil pode ser explicado por alguns motivos como a falta de regulamentação do governo, a falta de competição do mercado e o histórico de crises bancárias que possibilitavam o cenário para os bancos oferecem as taxas que se demonstrassem mais lucrativas (MANHIÇA, JORGE, p.11, 2012). Além de esse fator contribuir e muito para inadimplência das famílias, um outro fator importante é o movimento das grandes populações por meio de campanhas que estimulam o consumo de famílias de várias rendas que acabam sendo influenciadas, por isso, e praticam por exemplo as compras

impulsivas que podem criar problemas de cunho financeiro para famílias como vamos mostrar na tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Concessões de cartão de crédito para pessoas físicas e taxa de desemprego nas regiões metropolitanas

| Período | Valores em milhões de reais | Valores percentuais |
|---------|-----------------------------|---------------------|
| mar/11 | 45.827 | 6 |
| mar/12 | 51.646 | 5,9 |
| mar/13 | 57.838 | 5,4 |
| mar/14 | 69.378 | 4,8 |
| mar/15 | 76.068 | 5,9 |
| mar/16 | 73.154 | 8 |

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco central (2005)

A tabela 5 mostra o fato de que o valor de concessão de crédito aumentou junto ao valor percentual de desemprego nas regiões metropolitanas no Brasil, e devemos voltar a atenção principalmente a partir do ano de 2013, ano em que a crise brasileira passou a ser mais identificada e que mesmo o aumento do desemprego ser muito grande a concessão de crédito aumentou muito até o ano de 2015 e por mais que reduziu no ano seguinte permaneceu em um valor muito alto, assim, podemos perceber que atribui-se a inadimplência no Brasil inúmeros fatores que possam explicá-la, sendo a oferta de crédito, taxa de juros, fatores macroeconômicos e também as relações de consumo, cultura, entre outras variáveis (ZERRENNER, p.17, 2007).

Existe uma relação entre a oferta de crédito e inadimplência no Brasil, porém essa relação depende muito de outros fatores além da própria oferta. Os bancos que oferecem os produtos de crédito utilizam a taxa básica de juros para basear a taxa a ser usada ainda com o mercado permitindo que o banco decida por si só qual taxa irá oferecer em determinados produtos, sendo essa diferença o chamado *spread bancário* com o Brasil um dos países emergentes que tem os maiores do mundo. Atribui-se a este fator também as altas taxas da Selic nos últimos anos, concluindo que essa relação é muito forte e que tem papel relevante na saúde financeira dos consumidores, e o trabalho busca identificar qual o tamanho desse efeito na inadimplência das famílias no Brasil.

Assim, para cumprir com o objetivo essa pesquisa foi dividida em três partes. Na primeira parte levantamos o cenário de crédito e inadimplência no Brasil mostrando algumas relações como crédito/PIB para pessoas físicas, como se comportou o mercado nos últimos anos, quais são os produtos mais importantes da carteira e como foi o crescimento das transações creditícias. Em uma segunda parte vamos discutir sobre alguns trabalhos acadêmicos que falam sobre o assunto, mostrando um referencial teórico para se basear na pesquisa, e como método de análise utilizaremos um modelo de séries temporais, que através de alguns testes mostrarão que há impacto da oferta de crédito na saúde financeira das famílias e os motivos pelo que isso ocorre.

Por fim, conclui-se a pesquisa com uma síntese dos resultados, da importância e relevância do tema e uma breve conclusão citando a construção dessa monografia e resultados econométricos.

Capítulo 2: Exercício Econométrico

A literatura diz que os agentes buscam satisfazer suas necessidades e desejos e para isso utilizam do crédito para obter bens e/ou serviços. Na abordagem de Frade e Jesus (2011), é utilizada a ideia de que o crédito se ajusta de acordo com o período de vida em que o agente está, ou seja, caso estiver na fase do chamado “jovem adulto”, usará um produto creditício para habitação ou educação por exemplo, e na fase idosa da vida para reformas e cuidados de saúde, e toda decisão tomada seria ponderada de acordo com a avaliação da renda e despesas às suas necessidades. O incremento do bem-estar pode ser estabelecido pelo crédito, seja na possibilidade de um novo imóvel, carro ou novos móveis, tendo o estudo mostrado que em Portugal 60% dos entrevistados da pesquisa afirmam usufruir do produto financeiro para essas modalidades.

O crédito oferece uma oportunidade de os indivíduos e as famílias anteciparem a aquisição de bens que melhoram o seu conforto, como a habitação, os equipamentos do lar ou o transporte individual (FRADE, JESUS, p.1, 2011).

Associado a toda transação desse tipo estão os riscos envolvidos, que dependem de uma série de medidas de avaliação do tomador que se torna difícil quando entende-se que fatores culturais, crenças e valores sociais são levantados como métodos de avaliação, e ainda, uma boa gestão do risco também é necessária para manter a saúde financeira das famílias ou a adimplência. A percepção do risco é dependente da avaliação de custo-benefício do consumidor e da tolerância de cada indivíduo, por exemplo, um que tenha a necessidade de compra de imóvel de luxo ou maior, melhorando seu padrão social e bem-estar estará também ciente que sua taxa de esforço (trabalho) será maior para cumprir com suas obrigações o que o torna mais exposto a eventuais imprevistos como desemprego e divórcio, o que mostra também que, de acordo com a tese do marcador somático de Damasio (2011) pessoas tomam decisões de acordo com sentimentos positivos ou não podendo ser imprecisas a percepção dos riscos (FRADE, JESUS, p.2, 2011).

Após citar as falhas na percepção do risco crédito do consumidor, os autores trouxeram a ideia da sustentabilidade do endividamento que diz respeito a capacidade de solvência no momento acordado, afirmando que por parte das famílias, a sustentabilidade do crédito em relação a renda deve ter uma proporção de no máximo 40% e que esses valores são relativos, dado que o peso dessa proporção não é o mesmo em diferentes rendas, ou seja, famílias com rendas mais baixas não poderiam se permitir a esse comprometimento de renda, sendo que existem outros gastos correntes não-creditícios, ou seja, aponta que sempre é necessária a precisa análise dos riscos correntes (FRADE, JESUS, p.9, 2011).

Em um artigo que estuda as políticas de crédito e endividamento dos trabalhadores assentados na zona da mata paraibana, Targino e Couto (2007) levantaram informações de como estavam às políticas de crédito, como estava o endividamento dos trabalhadores e quais eram os fatores condicionantes.

Sabendo da importância da agricultura familiar na economia, o governo criou alguns programas de créditos direcionados para o setor buscando desenvolvimento. O PRONAF, criado após a extinção do primeiro programa chamado PROCERA, que visava estimular o setor via duas linhas de crédito, a de custeio e a de Investimentos, cuja a primeira visava fornecer meios de custear sementes, mão-de-obra e insumos; e a linha de investimentos visando a compra de equipamentos, infraestrutura e etc. Esse programa entre os anos 1999 a 2003 não apresentou bons resultados, pois verificou-se a diminuição no número de contratos e valores e em pesquisas fora atribuído a inadimplência dos trabalhadores como o principal causador dos problemas (TARGINO, COUTO, p. 137, 2007).

A formação da situação de inadimplência ocorria por alguns motivos. Existem algumas linhas de crédito ao produtor rural como Habitação, fomento, CONAB, custeio e investimento, sendo o fomento geralmente o primeiro que recebem devido a ser de pequeno valor e voltado para situações extremas. O custeio e investimento, são linhas em que os trabalhadores responderam em um questionário aplicado pela pesquisa, que são rejeitados devido aos baixos valores disponíveis, que mostra a má qualidade dos produtos financeiros ofertados. Aliado a esse problema existiam outras três condições que determinavam a situação de inadimplência dos trabalhadores paraibanos: Condições de produção em que avaliou o baixo valor da produção, baixa diversificação de produtos e baixa produtividade; as Condições de comercialização que é recorrente em todo território nacional que faz com que os preços caem a ponto de mal cobrir os custos; e o problema de renda que era condicionada às

condições de produção e comercialização e que via-se certa desigualdade entre renda familiares, tendo algumas famílias buscarem outras fontes de renda que não a agricultura ou pecuária (TARGINO, COUTO, p. 157, 2007).

Os fatores mais importantes da situação de não condição de pagamento das dívidas foi bem levantado na pesquisa. Entre os assentamentos foram vistos projetos mal-acabados, financiamentos de cultivos de baixa rentabilidade, fragilidade de assistência técnica, falta de estrutura de comercialização, secas, e outros menos técnicos como divergência entre famílias (os empréstimos eram feitos em bolsões de 6 famílias), lideranças improdutivas e falta de planejamento. Após movimentações sociais como MST e CUT, medidas foram tomadas pelo governo para renegociações de dívidas, aumento de prazos, verificação de taxas de juros e individualização dos empréstimos, que surtiram efeitos positivos, pois houve boa aderência a renegociação das famílias. Conclui-se que apesar da melhora do setor financeiro, não foi possível corrigir os fatores condicionante da inadimplência e a insuficiência das famílias quanto a gestão das finanças e novas medidas são necessárias para o setor (TARGINO, COUTO, p. 163, 2007).

Um artigo trata do mercado de crédito no Rio de Janeiro nos anos entre 1844 a 1857, em que KUNIOCHI (2003) relata a significativa participação do estado no mercado que funcionava mediante letras ou papéis comerciais que incentivavam aberturas de casa de câmbio e bancos mediante trabalhos de comissários; e mostrando certa estrutura moderna para a época, empresas já financiavam seus recursos via ações no Brasil e no exterior.

As informações sobre as transações, comissários e fazendeiros ocorriam por meio dos jornais. Eles continham informações sobre tudo que envolvia o mercado financeiro e funcionavam para instituições como espécie de sistema integrado, pois davam acesso a ocorrência de não solvência, novos negócios, lastro e resultados. O setor que impulsionava o mercado de crédito era o cafeeiro sendo totalmente impulsionado por recursos terceiros e assim o Rio de Janeiro teve a necessidade de investimentos na área de infraestrutura, iluminação pública passando a ser um dos estados com o mercado de crédito mais avançado da época (KUNIOCHI, p. 15, 2003).

Os comissários tinham papel muito importante, já que eram uma espécie de gestores dos cafeicultores, que estabeleciam transações e até investimentos e cabia a eles a formalização e desenvolvimento no mercado, mediante as comissões e sempre os jornais divulgando o que era elaborado. Com o desenvolvimento, os bancos maiores foram tomando conta do mercado com os fazendeiros com maiores terras e renda e foi assim tomando forma o mercado de crédito brasileiro (KUNIOCHI, p. 19, 2003).

Por fim, em um trabalho conjunto SBICCA, FLORIANI E JUK (2012) apresentaram um artigo que trata da expansão de crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. Principalmente na década de 2000, a expansão do mercado de crédito no Brasil teve trajetória ascendente principalmente na modalidade de recursos livres a pessoas físicas, que apresentava no ano de 1995 um aumento acumulado de 1,6% e em 2012 o crescimento real da modalidade estava em 209,9%, puxado muito pelo consumidor simples, sendo a modalidade do cartão de crédito a mais significativa no mercado, trazendo algumas indagações sobre as consequências que essa variação pode causar em famílias de renda mais baixas.

No que tange a demanda por crédito de famílias de baixa renda a variação foi muito grande, chegando a mais de 100% em famílias com rendas individuais no valor de quinhentos reais, sendo este um fato importante porque a probabilidade de ocorrer inadimplência é muito grande, pois está mais exposta a eventuais problemas, e geralmente têm menos informações sobre os produtos e renda futura. Houve um aumento na proporção de comprometimento de renda das famílias com crédito, porém, em comparação com outros países esse foi um valor bem menor uma vez que por exemplo Suíça e Reino Unido tem mais de cem por cento de comprometimento de renda. O problema gira em torno da composição da dívida, já que nesses países é quase toda comprometida com o setor imobiliário e que não ocorre no Brasil, tendo por exemplo em 2012 mais 60% do crédito à pessoa física sendo tomada nas modalidades do cartão de crédito e cheque especial (SBICCA, FLORIANI, JUK, p.9, 2012).

A elevação no volume de dívidas já contraídas, e que pelo mesmo em parte resta pagar, poderia levar a um crescimento acentuado do comprometimento da renda presente e futura caso a renda tenha seu ritmo de crescimento frustrado. Detalhando o tipo de dívida que o brasileiro tem adquirido,

percebe-se diferença com relação a países mais desenvolvidos. A composição do crédito de pessoa física nos países ricos com altos níveis de endividamento das famílias tende a ter grande parcela de dívida imobiliária (Ahearne & Wolff, 2012), o que não acontece hoje no Brasil. Em junho de 2012, 60,54% do crédito à pessoa física foi adquirido através de cartões de crédito e cheque especial, sendo que o cheque especial figura como principal modalidade desde o começo da série, como observado no gráfico 4 (BACEN, 2012). (SBICCA, FLORIANI, JUK, p.9, 2012).

Como meio de pagamento que mais aumentou nos últimos anos o cartão de crédito deixou claro sobre a vulnerabilidade do consumidor de rendas mais baixas, dado pela baixa instrução da população, pouco conhecimento sobre renda futura, pouco conhecimentos sobre produtos financeiros, e produtos com taxas das mais altas do mercado, isto traz as motivações de órgãos de fora do país a virem estudar a situação da inadimplência no país e ascende a preocupação de se examinar e desenvolver medidas para manter estável as condições financeiras de famílias de baixa renda (SBICCA, FLORIANI, JUK, p.14, 2012).

Com a apresentação desses trabalhos torna-se um pouco mais claro sobre a importância do mercado de crédito, situações de inadimplência no país e fora identificando sua composição e construção, e principalmente fornecendo uma direção na construção do nosso modelo, demonstrando uma série de discussões que criam uma base e referencial teórico sólido para ser sustentado.

Para cumprir com o objetivo essa pesquisa foi dividida em três partes. Na primeira parte levantamos o cenário de crédito e inadimplência no Brasil mostrando algumas relações como crédito/PIB para pessoas físicas, como se comportou o mercado nos últimos anos, quais são os produtos mais importantes da carteira e como foi o crescimento das transações creditícias. Em uma segunda parte vamos discutir sobre alguns trabalhos acadêmicos que falam sobre o assunto, mostrando um referencial teórico para se basear na pesquisa. Por último utilizaremos um modelo de séries temporais, que através de alguns testes mostraremos que há influência da oferta de crédito na saúde financeira das famílias e os motivos pelo que isso ocorre.

2.1 Modelo Econométrico

Para análise vamos se basear na metodologia dos modelos vetoriais autoregressivos (VAR), que possibilita analisar inter-relações entre múltiplas variáveis dado uma restrição de identificação, ou seja, excluindo outras variáveis (CAVALCANTI, 2010).

Neste caso, procuramos encontrar um comportamento padrão entre variáveis simultaneamente, permitindo prever ou pelo menos verificar o efeito que terá uma á outra; e se há correlação entre essas será mais adequado usar um modelo com vetor de correlação de erros (VEC), pois determinará as relações e não estimar parâmetros (FIORI e LOPES, 2014).

Por fim, para nossos testes e análises serem válidas devemos seguir uma série de etapas que seguem premissas e propriedades. Primeiro devemos identificar se as séries são ou não estacionárias pelo teste de raiz unitária, depois de confirmada a situação verificar a melhor ordem de defasagens do modelo, posteriormente rodar os testes de cointegração que indicarão qual metodologia usar (FIORI e LOPES, 2014).

2.2 Estimação

Como primeiro passo para análise de séries temporais é verificar se a série é estacionária, ou seja, verificar se ao longo do tempo ela se comporta aleatoriamente ao redor de uma média constante e para isso usaremos o teste Philips-Perron (PP). Este teste trabalha a partir da hipótese nula de que há raiz unitária, significando que não é estacionária. O teste apresentou o resultado de que a nível, as variáveis endividamento e crédito são estacionárias e apenas a variável pib seria estacionária em primeira ordem como mostra a tabela (6) a seguir:

Tabela 6 – Teste de raiz unitária

| Variável | PP | |
|----------|-----------|----------------|
| | Defasagem | valor do teste |
| cred | 3 | 3,7** |
| pib | 3 | 2,276 |
| dpib | 3 | 3,684** |
| endi | 3 | 6,005*** |

Fonte: Elaboração própria

Nota: *** é significativa a 1%, ** a 5% e * a 1%

Feito este procedimento precisamos identificar a defasagem do modelo baseando-se nos três critérios: O de Akaike (AIC), o Schwarz (SC) e o critério de Hannan-Quinn (HQ), que apresentaram resultados de que usaremos o critério de número 1 de defasagens como mostra tabela (7) próxima:

Tabela 7 – Critérios de informação

| Defasagem | AIC | HQIC | SBIC |
|-----------|----------|----------|----------|
| 0 | 54,5834 | 54,6277 | 54,7248 |
| 1 | 51,0549* | 51,2321* | 51,6207* |
| 2 | 51,1483 | 51,4584 | 52,13884 |
| 3 | 51,5466 | 51,9896 | 52,961 |
| 4 | 51,4319 | 52,0078 | 53,2707 |

Fonte: Elaboração própria

Nota: * é a escolha de informação

Com os resultados da escolha da defasagem vamos agora verificar se há interação entre as variáveis ao longo do tempo, para isso usaremos o teste de Johansen em que se tem a hipótese nula de que não há cointegração entre as variáveis. Nosso modelo apresentou um resultado em que rejeita-se a hipótese nula, ou seja, existe cointegração de longo prazo entre as variáveis, isso é apresentado na seguinte forma na tabela (8) a seguir:

Tabela 8 – Teste de Johansen

| Rank | Estatística | 5% |
|------|-------------|-------|
| 0 | 65,8591 | 29,68 |
| 1 | 25,95 | 15,41 |
| 2 | 2,1000* | 3,76 |
| 3 | 0,06352 | |

Fonte: Elaboração própria

Por fim, estimamos as variáveis do modelo por meio de uma tabela de cointegração em que os resultados se mostraram todos significativos a nível de 1% como mostra a tabela (9) a seguir. Esses resultados mostram que tanto a variação da oferta de crédito e a variação do PIB a preços reais se relacionam com o endividamento das pessoas físicas no Brasil.

Tabela 9 – Tabela de cointegração

| Variáveis | Coefficiente | Erro-padrão | Estatística z | p Valor |
|-----------|--------------|-------------|------------------|---------|
| pib | 0,0195*** | 0,0603 | 3,24 | 0,001 |
| endi | -0,1074*** | 0,0322 | -3,33 | 0,001 |

Fonte: Elaboração própria

Apesar da inadimplência das famílias ser sensível a inúmeros outros fatores como a compra impulsiva, cultura, a falha gestão do crédito, entre outros, a relação crédito/PIB usado na pesquisa e o PIB a preços reais se tornam variáveis com papel fundamental nesta percepção, pois, dado o mercado extremamente concentrado em poucas instituições financeiras e alto “spread” bancário, ou seja, altas taxas de juros, por mais que seja um impulsionador da economia, se torna fator importante no aumento da inadimplência das famílias, e o PIB a preços reais com tendência de aumento, de acordo com as expectativas adaptativas de John Muth (1959), afirmam que o mercado, verificando períodos passados para criar previsões, estabelece como as pessoas vão se comportar, podendo assim, passar a induzir maior consumo e a utilizar produtos de crédito como pagamento.

Existe uma espécie de relação cíclica entre o crédito e a variação do PIB como Reichstul e Lima (2006) afirmam, em que se impacta na acumulação de capital e inovação tecnológica quando se refere ao sistema financeiro e as transações creditícias quando altera-se taxa de juros e taxa de poupança; e, também, se altera a relação de consumo dado as mudanças que o mercado sofre com um cenário de baixo juros ou incentivos.

No que diz respeito a impactos da oferta de crédito no endividamento, podemos levar em consideração o alto “preço” do dinheiro, ou os juros cobrados no mercado brasileiro. Por mais que em uma série desde 2003, como afirma Barone e Sader (2008), vem apresentando diminuição do “spread” bancário, o Brasil ainda apresenta altas taxas na concessão de recursos.

Como de fato houve a expansão do crédito a pessoa física em diversas modalidades, isto fez com que o ritmo do endividamento familiar aumentasse em proporção diferente ao da massa de salários. O sistema de informações de crédito do Banco Central (SCR) afirmou no ano de 2009 que dívidas acima de R\$5000,00 subiram mais de 22%, mas que não apresentam uma situação tão preocupante. Fica a preocupação também com as famílias com baixa renda, que segundo a FGV (2009) famílias de até 2,1 mil reais de ganho mensal não possuem interesse em adquirir bens do tipo durável por consequência de compromissos financeiros feitos em períodos passados, o que se pressupõe que essas famílias atingiram o limite de contratação de dívidas (Amorin, 2010).

Percebe-se que a relação entre a taxa de variação do PIB e a oferta de crédito a pessoas físicas se interagem e causam efeito sobre a inadimplência das famílias, seja pelas

expectativas adotadas pelo mercado ou pelo alto “spread” bancário, reforçando que, por mais que haja outras variáveis para explicar a inadimplência, são fatores importantes de análises.

Conclusão

Mostramos ao longo da pesquisa como evoluiu, resumidamente, a formação do mercado de crédito pós Plano Real e como foi o desenvolvimento dos bancos após o fim do período inflacionário; como é formada a carteira de inadimplência das famílias brasileiras e quais modalidades a compõem, e ao final analisamos por meio da metodologia VEC se há relação entre a oferta de crédito medido pela variável de relação crédito/PIB na inadimplência das famílias brasileiras.

Como mostrado no resultado da tabela (9) existe relação entre a oferta de crédito e PIB a preços reais na inadimplência. A tabela apresentou o resultado de que no longo prazo há interação entre essas variáveis e que entender mais precisamente como funciona essa dinâmica é fundamental para entender o comportamento dos inadimplentes. O fato de termos altas taxas de juros, alta concentração bancária e pouca legislação que impeça as instituições de cobrar tais taxas colabora para confirmar a tese de que uma maior oferta de crédito impacta de forma desfavorável as dívidas das famílias.

É de suma importância entender o dinamismo da inadimplência no Brasil. De fato é complicado apontar com precisão as causas do descontrole financeiro das famílias já que não há apenas variáveis tangíveis para se levar em consideração como fatores sociais e culturais, além dos fatores econômicos.

Referências

- Amorin, G. (2010) Crédito e Endividamento familiar. *Análise conjuntural*, v. 32, n.1-2, jan./fev.2010, p. 13 a 14.
- Barone, M. F., & Sader, E. (2008) Acesso ao crédito no Brasil: Evolução e perspectivas. *Rio de Janeiro*42 (6): 1249-67, NOV/DEZ 2008.
- Belle, M. B. H., & Oliveira, R.E., & Paula, C. M. (2010) Cartão de crédito: Instrumento contemporâneo potencial armadilha para o endividamento consciente. *Puc goiás*, p. 1 a 16.
- Camargo, O. P. (2009) A evolução recente do setor bancário no Brasil [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 322p. ISBN 978-85-7983-039-6. Available from scielo Books.
- Cartilha Cartão de crédito, Banco central (2018). <https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/cartilha.pdf>.
- Carvalho, N. R. (2013) A evolução do spread bancário brasileiro na última década: Uma investigação empírica dos seus determinantes. Pós graduação Universidade Federal do Ceará, p. 1 a 39.
- Contri, L. A. (2014) Uma avaliação da economia brasileira no governo Dilma. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v.41, n. 4, p. 9 a 20.
- Costa, N. F. (2008) Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. *História e economia: Revista interdisciplinar*, Vol.4. n. 2. 2º semestre 2008
- Dias, J. C. (2007) Um modelo estocástico para o fluxo de caixa de um plano de previdência de um indivíduo, Pontifícia universidade católica do Rio de Janeiro, p. 38 a 43.

- Fiori, F. A., & Lopes, C. C. (2014) Análise de um modelo VEC para explicar as variações da taxa de Câmbio; Área de Ciências exatas e ambientais, Pós-Graduação Lato sensu em Matemática financeira UNOCHAPECÓ, p.1 a 6.
- Frade, C., & Jesus, F. (2014) Percepção do risco de crédito e endividamento sustentável, Centro de estudos sociais da Universidade de Coimbra, p.1 a 13.
- Giambiagi, F., & Villela, A., & Castro, B. L., & Hermann, J. (2011) Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945 -2010/ [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- Jorge, S., & Armada, R. J. M., (2001) Factores determinantes do Endividamento : Uma análise em Painel. *Rac*, v. 5, n. 2, Mai/Ago. 2001: p. 9 a 31.
- Kuniochi, N. M. (2003) Os negócios no Rio de Janeiro Crédito, Endividamento e Acumulação (1844 – 1857)*, artigo
- Neto, A. A. A., Carmona, M. U. C. (2004) Modelagem do risco de crédito: Um estudo do segmento de pessoas físicas em um banco de varejo. Universidade Federal de Pernambuco, p. 1 a 23.
- Oliveira, V. M. T., & Ikeda, A. A., & Santos, C. R. (2004) Compra compulsiva e a influência do cartão de crédito. *Rae*, Jul/Set. 2004: p. 89 a 99.
- Pesquisa CNC, Endividamento e inadimplência do consumidor (2014), <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2014>.
- Reichstul, D., & Lima, T. G. (2006) Causalidade entre crédito bancário e nível de atividade econômica na região metropolitana de São Paulo: Algumas evidências Empíricas, *Estud. Econ.*, São Paulo, v.36, n. 4, Outubro / Dezembro, p.779 a 801.

Sbbica, A., & Floriane, V., & Juk, Y. (2012) Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. Revista Economia & Tecnologia (RET), v. 8, n. 4, Out/Dez 2012, p. 05 a 16.

Targino, I., & Couto, I. A. (2007) Políticas de crédito e endividamento de trabalhadores assentados: O caso da zona da mata paraibana, p. 135 a 164

Jesus, Fernanda (2011), apresentou a comunicação "**A tomada de decisão de crédito numa perspectiva psicológica**" na conferência: "Boas práticas na gestão do orçamento familiar e no crédito ao consumo", Município da Trofa, auditório da Junta de Freguesiade Santiago de Bougado, 23 de Novembro de 2011

Muth, John F. (1961), Rational Expectations and the Theory of Price Movements, in <http://www.fep.up.pt/docentes/pcosme/S-E-1/Eco-29-3-315.pdf>, acedido em 12 de Outubro de 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO – ICSA
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Certifico que Elvis Alves de Carvalho, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado “Efeitos da oferta de crédito sobre a inadimplência das pessoas físicas no Brasil: uma análise entre 2004 e 2012. 2018”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Luccas Assis Atílio

Mariana, 26 de junho 2018.